



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

94

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03194433

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 990.10.347130-0, da Comarca de Nova
Odessa, em que é apelante EMERSON PRÍNCIPE PADELA
(JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado LUCAS STANGUINI
GUEDES (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO. V.
U.", de conformidade com o voto do Relator, que
integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores ROMEU RICUPERO (Presidente) e PALMA
BISSON.

São Paulo, 16 de setembro de 2010.

DYRCEU CINTRA
RELATOR



1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Apelação nº 990.10.347130-0 (AcR)

1ª Vara Cível da Comarca de Nova Odessa

Apelante – Emerson Príncipe Padela

Apelado – Lucas Stanguini Guedes

Voto nº 18.068

Acidente de trânsito. Ação de indenização julgada improcedente. Apelo do autor. Motociclista que afirma ter sido sua moto colhida pelo veículo do réu, que convergia à esquerda a partir da faixa central da via. Prova que o favorece. Incidência dos artigos 28, 34 e 35 do CTB. Dano material comprovado. Lucros cessantes e dano moral não evidenciados. Apelação parcialmente provida para julgar parcialmente procedente a ação. Sucumbência recíproca. Honorários compensados.

Trata-se de apelação interposta contra sentença que julgou improcedente ação de indenização por danos material e moral e lucros cessantes decorrentes de acidente de trânsito.

O apelante, autor, insiste na procedência da ação.

Diz que a farta documentação nos autos comprova a culpa do réu pelo acidente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

A apelação foi recebida, regularmente processada e respondida.

É o relatório.

É incontroverso que os dois veículos circulavam no mesmo sentido pela avenida Ampelio Gazzeta, sentido bairro-centro.

O autor, ora apelante, diz que o réu, Lucas, trafegava pela pista central e, ao convergir à esquerda sem as cautelas devidas, atingiu sua motocicleta, que seguia pela pista à sua esquerda.

No dia do fato, o réu não negou que vinha pela pista do meio. Disse que, pretendendo virar à esquerda, olhou o retrovisor e não viu a moto do autor se aproximando; quando fazia a conversão, a moto colidiu “entre o para-lama e o para-choque traseiro” (BO – fls. 29).

À Polícia Militar também declarou que sinalizara para entrar em outra rua quando a moto em “alta velocidade (...) tentou ultrapassar pela esquerda” vindo a colidir com o seu veículo (fls. 31).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Na contestação, mudou a versão sobre a posição dos veículos antes da batida, sem esclarecer por que aquela constante dos BOs não podia prevalecer.

A rigor, deve, sim, prevalecer porque compatível com os amassamentos encontrados nos veículos (fls. 33 e 34).

Com efeito, se a moto teve a parte dianteira direita amassada, e o Fusca, a traseira, esquerda, entre o paralamas e a ponta do parachoque, tudo faz crer que realmente este cortou a trajetória daquela, que seguia no mesmo sentido, pela pista de tráfego mais rápido.

O Código Nacional de Trânsito prevê que:

“Artigo 28. O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”.

“Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa extensão horizontal à direita.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade”.

“Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique em deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos”.

Ainda sobre conversão à esquerda, Rui Stoco, em seu *Tratado de Responsabilidade Civil*, 5ª edição, p. 1.145, diz que:

“A conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la”.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e estilizada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

Não basta sinalizar. É preciso respeitar quem se aproxima pela pista da esquerda em velocidade mais elevada.

Destarte, forçoso concluir que o apelado foi o culpado pelo acidente, por ter agido com imprudência e interceptado a trajetória da motocicleta.

Deve, assim, ressarcir os prejuízos materiais que ao apelante causou, cujo montante não foi impugnado (conserto da moto pelo menor orçamento no valor de R\$447,11 – fls. 36 e 37), com juros a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação.

A indenização por lucros cessantes, contudo, é indevida.

Os informes de rendimentos não servem, por si só, para justificar o pedido.

Não há prova de afastamento do serviço sem recebimento de auxílio-acidente nem de que deixou de auferir esta ou aquela quantia em razão do acidente.

Não há que falar também em dano moral.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado – 36ª Câmara

A lesão sofrida pelo autor não acarreta limitação funcional. Segundo o perito, “não caracteriza incapacidade laboral” (fls. 129).

O resultado aponta para sucumbência recíproca, devendo, pois, cada parte arcar com os honorários advocatícios de seu patrono, repartindo-se por igual as despesas processuais, a teor do que dispõe o artigo 21, *caput*, do CPC.

Posto isso, dá-se parcial provimento à apelação para julgar parcialmente procedente a ação e condenar o réu a pagar ao autor indenização por dano material de R\$447,11 com juros a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da ação, e metade das custas.

Assinatura manuscrita de Dyrceu Cintra, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma longa horizontal no final.

Dyrceu Cintra
Desembargador Relator